

**CONSELHO GESTOR PARQUE IBIRAPUERA  
2019/2021**

Por conta da pandemia e consequente estado de afastamento social, esta assembleia foi realizada por meio de videoconferência.

**ATA DA 203ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA)**

Gravada em áudio

**DATA:** 24 de junho de 2020 – quarta feira

**HORÁRIO:** 18:30h

**LOCAL:** Videoconferência pela plataforma *Google Meet*.

**PRESENCAS:** Fotos do aplicativo de videoconferência comprovam a participação dos seguintes conselheiros: Cmte Cipriano, Claudia Cahali, Débora Iacono, Flávio Valdomiro da Silva, Giuliano Cassolin, Gustavo Razuk, Hugo Calixto, Juliana Prata, Maria Helena, Sylvia Mielnik, Vera Lúcia Real do Carmo, Vicente de Almeida Prado, Sonia e Antonio Carlos (CECCO)

Participantes: Marcos Winter, Tamires Oliveira, Amanda Oliveira, Samuel Loyd, Francesca

**DOCUMENTOS ANEXOS À ESTA:**

Nada anexado.

**ORDENS DO DIA:** Esta reunião foi agendada para que a Coordenadora CGPABI Tamires Oliveira, que não pode estar presente na reunião anterior, apresente esclarecimentos sobre a Marquise (histórico, problemas e soluções).

Tamires informou que: a última grande reforma da Marquise ocorreu entre 2012/2015 aproximadamente, e tratou da estrutura, pintura desentupimento dos ralos, troca de pastilhas e demais intervenções. Ficou de fora a região do MAM por conta da difícil logística para retirada das obras de arte do local. Hoje o Museu faz uma mínima manutenção no local. O restaurante The Green também ficou fora do escopo por problemas jurídicos. Hoje é a área mais danificada.

Desde 1.954 foram feitas 03 reformas da Marquise. Tamires, se pautou na última.

Tamires contou que: em 2017 ocorreu o “desplacamento” de 10m2 da laje do centro da Marquise; que foi a SIURB quem conduziu e fez contratações das obras; que em 2018 foi feito um laudo, mas apenas recebido pela SVMA no início de 2019; o laudo que o CGPI solicita, Tamires informou que já deve ter sido encaminhado ao Conselho, mas que irá, através do Hugo, disponibiliza-lo novamente.

Segundo a coordenadora, o laudo não constatou problemas estruturais; que os pontos de infiltrações merecem atenção; que a impermeabilização está quase vencida, e que agora deveria haver o refazimento da impermeabilização. Por isso a área do The Green está interditada.

E continuou: em contato com os órgão do Patrimônio, foi sugerida a retirada de todo o forro da Marquise como ação emergencial; que deveria haver um cronograma/plano de trabalho (elaboração do termos de referencia); interdições, obras emergenciais e contratação de projeto de restauro e de interdições, mas a SVMA não conseguiu recursos, também, pela ocorrência de conflitos burocráticos.

E mais: o contrato com a URBIA é restrito a impermeabilização da área do The Green; que as necessidades de hoje não são mais as mesmas; o IPHAM sugeriu envelopar o teto da Marquise para garantir a segurança das pessoas e realizar isolamento mais adequado enquanto se resolveria a contratação do projeto das obras necessárias. Mas não há recursos; que são necessários projetos e custos; que a marquise deverá ser tratada não em partes mas como um todo; que com a pandemia tudo parou, mas que estão tentando remanejar orçamentos que foram congelados; a solução é o diálogo com a URBIA para resolver a solução da Marquise; que a SVMA não tem cronograma, mas tem etapas a serem seguidas.

Em resposta às perguntas, a Tamires disse que: (i) os 10 m2 da laje caíram em final de 2017 e a SVMA recebeu o laudo em 2019, (ii) em 2018 foi a SIURB (que contratou o laudo) quem trabalhou no processo da Marquise; (iii) ela (Tamires) não participou da modelagem econômica do Parque Ibirapuera, por isso não sabe os critério que incluíram ou excluíram partes da Marquise na Concessão, (iv) o caso não é incluir ou não as partes da Marquise no Concessão, mas sim o como fazer sua manutenção já está no contrato apenas constando a impermeabilização de um trecho seu. A SVMA terá que fazer um projeto para ajustar o restauro; (v) a Marquise não é a única pauta, que existem outros problemas.

Foi levantado por conselheiros as inúmeras vezes que os problemas da Marquise foram mencionados à época da construção do Plano Diretor, inclusive sobre a necessidade de diagnósticos dos problemas do parque. O que parece não ter sido feito. E por este motivo, o assunto “Marquise” incessantemente volta a fazer parte das pautas das assembleias do CG.

Tamires informou que não há previsão de custos para manutenção daquele patrimônio. Há estimativa do envelopamento, que há meses foi estimado o custo de 150 mil reais para a Marquise toda; que o projeto mais complexo de restauro custaria de mais ou menos mais 300 mil reais; que a obra de 2012 custou em torno de 12 milhões de reais, e que o laudo de 2018 é válido para hoje, e não tem estimativa de valores atuais para referida manutenção.

Francesca Angiolillo, jornalista da Folha, presente na reunião foi orientada a se dirigir à assessoria da imprensa da secretaria para apresentar seus questionamentos, mas como a jornalista informou que já o fez, mas sem sucesso, a Tamires pedirá para a SVMA dar-lhe as respostas.

Sobre as garantias das obras, Tamires disse normalmente são as previstas pelo Código Civil, ou seja, 05 anos; a LOA (lei orçamentária anual) passou por consulta pública e em julho/agosto chegará à SVMA e com certeza a Marquise será incluída nela tendo uma base orçamentária.

Sobre a utilização da outorga inicial paga pela URBIA, Tamires disse que a outorga se torna um fundo que tem seus objetivos, mas que não sabe para onde foi deliberado, pois ela não faz esse acompanhamento. Mas que basicamente vai para saúde, educação, desenvolvimento social e habitação. Sobre eventual responsabilidade cível e criminal em caso de acidente de pessoa em decorrência de queda da laje da Marquise, Tamires informou que é dos responsáveis pelo parque.

Cipriano se manifestou sobre os 03 (três) imóveis que a GCM ocupa no parque que estão em péssimo estado; que sente “abandono” com relação à corporação que está dentro do parque; que não tem acomodações adequadas para os guardas. Tamires informou que a sede para a GCM está prevista nos investimentos para o Parque.

Marcos Winter disse que realmente é difícil conseguir recursos, propôs a utilização de lei de incentivo e a busca de patrocinadores. Como a URBIA é corresponsável pelo parque, sugeriu que ela poderia montar projetos de leis de incentivos com empresas, por exemplo; que a parceria e apoio da URBIA é fundamental.

Samuel disse que a URBIA é parte da solução dos problemas, que a empresa está aberta a diálogos com a SVMA, e que o problema da Marquise precisa ser encarado agora.

Débora manifestou seu incomodo sobre o CGPI estar sendo sempre colocado de lado. Em todos os ofícios que o CG elabora faz constar a Lei 15.910/13; que o conselho gestor precisa ser noticiado e chamado a participar das ações da concessão e administração do parque; que o CG não pode ser excluído; que a SVMA não responde aos questionamentos do conselho, e que espera que a Tamires participe das reuniões por um tempo mais prolongado, e solicitou retorno à URBIA e SVMA sobre as ações da transição e concessão.



Sobre a abertura dos parques a Tamires disse a SVMA está acompanhando o plano São Paulo, mas sem previsão de abertura; que a secretaria está trabalhando como os protocolos de abertura.

Tamires informou, ainda, que com o fechamento do parque sua transição não está acontecendo; que os trabalhos serão revisto, e que o contrato não foi suspenso.

Após a saída da Tamires da vídeo conferência, os conselheiros permaneceram na vídeo conferência.

Amanda Oliveira, assessora do Vereador Natalini, agradeceu a recepção e se colocou a disposição do conselho para o que for necessário.

Francesca Angiolillo, repórter da Folha, se manifestou dizendo que está acompanhando de perto as questões da Marquise e que entrará em contato com o assessor de imprensa da URBIA.

Claudia Cahali informou que o PD não está publicado no diário oficial, e que não está anexado ao contrato de concessão.

Questionado, o Samuel, representante da URBIA informou que a empresa ainda não conseguiu medir os impactos do fechamento dos parques em decorrência da pandemia; que a empresa está se preparando para o pior seja pelas as inúmeras restrições impostas, seja pelos gastos que a empresa terá com a profilaxia dos ambientes, funcionários e usuários do parque contra a COVID-19; que está aguardando o protocolo de abertura que virá do poder público e estão analisando as receitas frustradas. Estão em compasso de espera. Disse que a previsão é que o parque reabra após a data em que a URBIA assumirá a administração.

E, ainda, informou que a Prefeitura não conseguiu cumprir os prazos de intervenção dos parques, principalmente dos parques pequenos; que URBIA será gestora de pilares específicos do parque, como pagamento da segurança privada e manutenção; que a restrição de acesso ficará a cargo do poder público; que a URBIA não terá poder de polícia; que sendo a voz dos usuários, o CGPI deve trabalhar junto as questões do protocolo de retomada da abertura.

**DELIBERAÇÕES:** A Tamires irá encaminhar ao CGPI o Laudo da Marquise feito em 2017; encaminhará também ofício à SP Parcerias para que informe os critérios que incluíram apenas partes da Marquise na Concessão e, se há a possibilidade de se utilizar a outorga na manutenção da Marquise; que responderá o ofício à ela encaminhado antes da reunião.

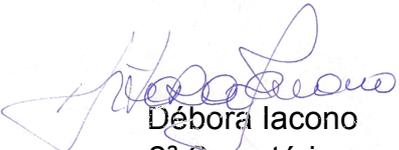


O Hugo encaminhará sempre com brevidade os ofícios deliberados em assembleia pelo CGPI, e encaminhará o SEI para o CGPI o específico para as atas.

**ENCERRAMENTO:** Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos.

Sem mais.

Claudio Neslingher  
1º Secretário



Débora Iacono  
2ª Secretária